

LEI Nº 1575

de 10 de setembro de 1956

Dá o nome de "10 de Setembro - Dia da Imprensa" a uma rua da cidade

A Câmara Municipal decreta e eu, Prefeito do Município de Campinas, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Dá o nome de "10 de Setembro - Dia da Imprensa" a Rua nº 1, da planta de herdeiros de Antonio J. Ribeiro Júnior, que tem início na rua Barata Ribeiro e término na rua do Sacramento.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Campinas, aos 10 de setembro de 1956.

RUY HELMEISTER NOVAES - Prefeito Municipal.

Eng. Paulo Silva Pinheiro - Secretário de Obras e Serviços Públicos".

**LEI Nº 1.575, DE 10 DE SETEMBRO DE 1956**

Dá o nome de «10 de Setembro» (Dia da Imprensa) a uma rua da cidade

A Câmara Municipal decreta e eu, Prefeito do Município de Campinas, promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º — Dá o nome de «10 DE SETEMBRO» (Dia da Imprensa) a rua nº 1 da planta de herdeiros de Antonio J. Ribeiro Junior, que tem início na Rua Barata Ribeiro e termina na Rua do Sacramento.

Artigo 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pago Municipal de Campinas, aos 10 de setembro de 1956.

Ruy Hellmeister Novas
Prefeito Municipal

Eng. Paulo Silva Pinheiro
Secretário de Obras e Serviços Públicos

Publicada no Departamento do Expediente da Prefeitura Municipal, em 10 de setembro de 1956.

O Diretor,
Alvaro Ferreira da Costa

RUA 10 DE SETEMBRO

(Denominação dada pela Lei nº 1575, de 10 de setembro de 1956, à rua Um, da planta de herdeiros de Antonio J. Ribeiro Júnior, que tem início da rua Barata Ribeiro e término da rua do Sacramento)



Há trinta anos

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA

O Diário do Povo no dia 10 de setembro de 1931, publicava:

IMPrensa

Nada mais justo do que, naquela data, que se convencionara consagrar com o Dia da Imprensa, lembrar os vultos que trabalharam no jornalismo campineiro na terra de Carlos Gomes. O pioneiro da quarta potência mundial, na classificação que Epitácio Pessoa, em Campinas fora Antonio Hercules Romualdo Florence, ou mais propriamente, como era conhecido, Hercules Florence, nascido em Nice em 29 de Fevereiro de 1804, Alberto Faria, na sua Monografia, sobre a imprensa em Campinas relatava parte da vida do notável aventureiro francês, dizendo que o mesmo, depois de várias interessantes peripecias, viera a residir em Campinas — aliás na época a florescente Vila de São Carlos, em fins de 1826, aproximadamente. Encerrando a parte primeira do capítulo de sua monografia escrevera ainda o ilustre escritor referindo-se a fundação do primeiro jornal em Campinas: «Uma Aurora», a sumaca da expedição científica, iniciada em 3 de setembro de 1825, trouxera a São Paulo, esse homem precioso (Hercules Florence) que havia de concorrer para o advento do jornalismo campineiro, cujo marco inicial fora outra «Aurora», a Gazeta, vinda a luz em 4 de abril de 1858. O primeiro número da «Aurora Campineira», surgira nessa, e estava situada na rua do Pórtico (Perreira Penteado), à altura da rua da Bica Grande (Irmã Serafina) de propriedade dos irmãos João Teodoro de Siqueira e Silva e Francisco Teodoro de Siqueira e Silva. Em 10 de Janeiro de 1860 aparecia o «Conservador» de propriedade da mesma firma da «Aurora Campineira», estando com a sua redação situada à Rua de Baixo, (Rua Luzitana, canto da Rua Formosa, atual Conceição). Em 1.º de Janeiro de 1885, surgira na rua Benjamim Constant o «Correio de Campinas», que depois mudar-se-ia para a rua Barão de Jaguará, 51, redigido por Alberto Faria, sendo seu gerente Mario Egidio. Em 1894, Henrique de Barcelos passara a redator daquele periódico, sendo substituído, mais tarde, pelo prof. Rodolpho Mo-

ronha e o saudoso José Vilagelim. Em 31 de Dezembro de 1896, aparecia a «Cidade de Campinas», redigida ainda por Alberto Faria e João Barroso Pereira. No ano 1889, imprensa nas oficinas situadas à rua José Paulino, 21, sob a direção dos então estudantes João Ribas D'Avila e Laurival José P. Queiroz, secretario da Escola Normal. Ai haviam colaborado René Barreto, Abilio Alvaro Muller, Escragnole Doria, Gustavo Enge, Benedito Octavio, Carlos Ferreira e Amadeu Amaral. Surgia no mesmo ano, na rua do Góes n.º 18, o Comercio de Campinas, redatoriado por Henrique de Barcelos e do qual era gerente o sr. Antonio Franco Cardoso.



RUA 10 DE SETEMBRO

Comunicação

Mário L. Erbolato

GAZETA DO RIO DE JANEIRO ASSINALA O DIA DA IMPRENSA

Comemora-se amanhã, sexta-feira, o Dia da Imprensa, instituído por ter sido publicado a 10 de setembro de 1808, o primeiro jornal brasileiro, a Gazeta do Rio de Janeiro.

Juarez Bahia, jornalista e professor de comunicações culturais, referindo-se a esse fato escreve em seu livro "Jornal, História e Técnica":

"O regime de Portugal, por todo o tempo da colônia asfixiou a manifestação do pensamento por meio da palavra impressa, sendo responsável pelo atraso do Brasil na montagem de prelos e tipografias. A Carta Régia, que mandou fechar a tipografia de 1747 punia os infratores com a pena de prisão e o exílio para o Reino, à disposição do Conselho Ultramarino, além do sequestro dos tipos, que deveriam, ser remetidos para Portugal.

Em 1711, uma publicação sobre as riquezas recém descobertas na região das minas — Cultura e Opulência do Brasil, de João Antonio Andreoni — apesar de liberada pelo Santo Ofício, teve a sua edição apreendida pela autoridade colonial, sob o fundamento de que as informações nela contidas poderiam atrair a cobiça de outros países. Esse espírito de clausura predominou até a chegada de D. João VI.

No entanto, a situação da imprensa na América Latina era outra. E nos Estados Unidos, em fins do século XVII, a imprensa já contava com veículos falando a linguagem coletiva. A primeira tipografia da América Latina é de 1540, no México. O Peru, em 1584, conheceu a sua primeira tipografia.

Transmigrado em condições excepcionais, destronado transitória e, mas sustentando a coroa de um rico e novo império, D. João VI, que revelara, logo ao primeiro contato com terras do Brasil, profundo descortínio administrativo, abrindo os portos e, mais tarde, emancipando a colônia e declarando livres as indústrias trazia cultura na bagagem. E concomitantemente com a instalação do Liceu de Artes, de escolas médico-cirúrgicas, da Academia de Marinha, da Biblioteca Real, inaugura a imprensa e faz circular o primeiro jornal, a Gazeta do Rio de Janeiro, precisamente a 10 de setembro de 1808.

Semanário administrado pelo Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, seu redator principal era o Frei Tibúrcio José da Rocha. Pouco tempo depois do número inicial, a Gazeta saía duas e três vezes na semana, ou mais, extraordinariamente. A organização dessa folha começara em maio, e da Junta Diretora faziam parte dois brasileiros: Silva Lisboa e Pereira da Fonseca. Por volta de catorze anos de circulação, a Gazeta passava com seu acervo a constituir a Imprensa Nacional.

Apresentando-se aos leitores, o jornal fazia trabalho promocional, fixando preços para o exemplar e a assinatura, declarando gratuita a inserção de anúncios. Dizia: "Faz-se saber ao público que a Gazeta do Rio de Janeiro deve sair todos os sábados pela manhã. Que se vende nesta Corte, em casa de Paulo Martin, filho, mercador de livros no fim da Rua da Quitanda a preço de 80 réis. Que as pessoas que quiserem ser assinantes deverão dar os seus nomes e moradas na sobredita

casas, pagando logo os primeiros seis meses a 1.900 réis; e lhes serão remetidas as folhas a suas casas no sábado pela manhã. Que na mesma Gazeta se porão quaisquer anúncios que se queiram fazer, devendo estes estar na quarta-feira, no fim da tarde na Impressão Régia".

Com a preocupação das boas normas, introduzia o produto da oficina oficial duas principais inovações, até hoje rigorosamente observadas na imprensa: o sistema de assinaturas pagas adiantadamente e a regularidade na entrega dos exemplares destinados aos assinantes e à venda avulsa. Ademais, entregava a um agente a responsabilidade da distribuição, descentralizando seus serviços e estabelecia prazo para os autorizações de propaganda, reservando tempo suficiente à composição, paginação e impressão; finalmente, estabelecia a distinção entre o jornal propriamente e a tipografia denominada Impressão Régia.

Com efeito, a impressão não se ocupava somente da feitura do jornal. Atendia a fregueses, os mais numerosos dos quais agentes do jogo do baralho; fornecia às livrarias obras de literatura; preparava revistas de cultura. E para refrescar a memória dos incautos, imprimia avisos a fim de serem lançados nas ruas com esta transcrição do edital do Intendente-Geral da Polícia: "Aos que publicarem escritos sem exame e licença, serão presos na cadeia pública e pagarão de pena duzentos mil réis além das mais que se impõem aos que procuram quebrantar a segurança pública".

A intransigência do regime serviu para garantir à Gazeta do Rio de Janeiro (e à Idade d'Ouro do Brasil), situação singular. Foram os únicos jornais brasileiros, num período de seis anos, entre 1814 e 20. Até o ano de 1821, o Rio de Janeiro não contou com outra tipografia senão a da Impressão Régia. Esta, mesmo depois do aparecimento de várias gráficas, aceitava encomendas de periódicos moderados, editando em 1813 uma das primeiras revistas nacionais, O Patriota, que viveu dois anos. Somente a revolução constitucionalista portuguesa viria tornar insustentável o privilégio permitindo o desafogo do pensamento e o desenvolvimento do jornalismo.

Em sua primeira fase a Gazeta publicava edições extras para cobrir acontecimentos do Paço. Não era um órgão de variedades, com seções atraentes e comentários doutrinários. Entretanto, podia refletir, de algum modo, a sociedade da época, através de comunicados oficiais, da propaganda de ofertas e procura, dos editais, das notícias breves sobre sucessos reais. Pioneira da publicidade, aos poucos os avisos comerciais e outros que eram lidos pelos padres, pendurados à porta das igrejas ou transmitidos oralmente pelos vendedores de folhinhas, tomavam as páginas graciosas da Gazeta. Do simples pregão de livros novos, suas colunas inserem adiante leilões de imóveis, paramentos e sumacas, animais e peças avariadas, artigos de comércio, extraviados, serviços profissionais, escravos e até padres que se oferecem para encomendar defuntos nos navios negreiros".

RUA 10 DE SETEMBRO

(Denominação dada pela Lei nº 1575, de 10 de setembro de 1956, à rua Um, da planta de herdeiros de Antonio J. Ribeiro Júnior, que tem início da rua Barata Ribeiro e término da rua do Sacramento)

Há trinta anos

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA

O Diário do Povo no dia 10 de setembro de 1931, publicava:

IMPRESSA

Nada mais justo do que, naquela data, que se convencionara consagrar com o Dia da Imprensa, lembrar os vultos que trabalharam no jornalismo campineiro na terra de Carlos Gomes. O pioneiro da quarta potência mundial, na classificação que Eptacio Pessoa, em Campinas fora Antonio Hercules Romualdo Florence, ou mais propriamente, como era conhecido, Hercules Florence, nascido em Nice em 29 de Fevereiro de 1804, Alberto Faria, na sua Monografia, sobre a imprensa em Campinas relatava parte da vida do notável aventureiro francês, dizendo que o mesmo, depois de várias interessantes peripécias, viera a residir em Campinas. Nessa época a florescente Vila de São Carlos, em fins de 1826, aproximadamente. Encerrando a parte primeira do capítulo de sua monografia escrevera ainda o ilustre escritor referindo-se a fundação do primeiro jornal em Campinas: «Uma Aurora», a sumaca da expedição científica, iniciada em 3 de setembro de 1825, trouxera a São Paulo, esse homem precioso (Hercules Florence) que havia de concorrer para o advento do jornalismo campineiro, cujo marco inicial fora outra «Aurora», a Gazeta, vinda a luz em 4 de abril de 1858. O primeiro número da «Aurora Campineira», surgira nessa e estava situada na rua do Pórtico (Ferreira Penteado), à altura da rua da Bica Grande (Irmã Serafina) de propriedade dos irmãos João Teodoro de Siqueira de Silva e Francisco Teodoro de Siqueira e Silva. Em 10 de Janeiro de 1860 aparecia o «Conservador» de propriedade da mesma firma da «Aurora Campineira», estando com a sua redação situada à Rua de Baixo (Rua Luzitana, canto da Rua Formosa, atual Conceição). Em 1.º de Janeiro de 1885, surgiu na rua Benjamin Constant o «Correio de Campinas», que depois mudar-se-ia para a rua Barão de Jaguara, 51, redigido por Alberto Faria, sendo seu gerente Mario Egidio. Em 1894, Henrique de Barcelos passara a redator daquele periódico, sendo substituído, mais tarde, pelo prof. Rodolpho Ma-

ronha e o saudoso José Vilagelim. Em 31 de Dezembro de 1896, aparecia a «Cidade de Campinas», redigida ainda por Alberto Faria e João Barroso Pereira. No ano 1889, imprensa nas oficinas situadas à rua José Paulino, 21, sob a direção dos então estudantes João Ribas D'Ávila e Laurival José P. Queiroz, secretario da Escola Normal. Ai haviam colaborado René Barreto, Abilio Alvaro Muller, Escragnole Doria, Gustavo Enge, Benedito Octavio, Carlos Ferreira e Amadeu Amaral. Surgia no mesmo ano, na rua do Góes n.º 18, o Comercio de Campinas, redatorado por Henrique de Barcelos e do qual era gerente o sr. Antonio Franco Cardoso.

RUA 10 DE SETEMBRO

Comunicação

Mário L. Erbolato

GAZETA DO RIO DE JANEIRO ASSINALA O DIA DA IMPRENSA

Comemora-se amanhã, sexta-feira, o Dia da Imprensa, instituído por ter sido publicado a 10 de setembro de 1808, o primeiro jornal brasileiro, a Gazeta do Rio de Janeiro.

Juarez Bahia, jornalista e professor de comunicações culturais, referindo-se a esse fato escreve em seu livro "Jornal, História e Técnica":

"O regime de Portugal, por todo o tempo da colônia astixiou a manifestação do pensamento por meio da palavra impressa, sendo responsável pelo atraso do Brasil na montagem de prelos e tipografias. A Carta Régia, que mandou fechar a tipografia de 1747 punia os infratores com a pena de prisão e o exílio para o Reino, à disposição do Conselho Ultramarino, além do sequestro dos tipos, que deveriam, ser remetidos para Portugal.

Em 1711, uma publicação sobre as riquezas recém descobertas na região das minas — Cultura e Opulência do Brasil, de João Antonio Andreoni — apesar de liberada pelo Santo Ofício, teve a sua edição apreendida pela autoridade colonial, sob o fundamento de que as informações nela contidas poderiam atrair a cobiça de outros países. Esse espírito de clausura predominou até a chegada de D. João VI. No entanto, a situação da imprensa na América Latina era outra. E nos Estados Unidos, em fins do século XVII, a imprensa já contava com veículos falando a linguagem coletiva. A primeira tipografia da América Latina é de 1540, no México. O Peru, em 1584, conheceu a sua primeira tipografia.

Transmigrado em condições excepcionais, destronado transitória e, mas sustentando a coroa de um rico e novo império, D. João VI, que revelara, logo ao primeiro contato com terras do Brasil, profundo descortínio administrativo, abrindo os portos e, mais tarde, emancipando a colônia e declarando livres as indústrias trazia cultura na bagagem. E concomitantemente com a instalação do Liceu de Artes, de escolas médico-cirúrgicas, da Academia de Marinha, da Biblioteca Real, inaugura a imprensa e faz circular o primeiro jornal, a Gazeta do Rio de Janeiro, precisamente a 10 de setembro de 1808.

Semanário administrado pelo Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, seu redator principal era o Frei Tibúrcio José da Rocha. Pouco tempo depois do número inicial, a Gazeta saía duas e três vezes na semana, ou mais, extraordinariamente. A organização dessa folha começara em maio, e da Junta Diretora faziam parte dois brasileiros: Silva Lisboa e Pereira da Fonseca. Por volta de catorze anos de circulação, a Gazeta passava com seu acervo a constituir a Imprensa Nacional.

Apresentando-se aos leitores, o jornal fazia trabalho promocional, fixando preços para o exemplar e a assinatura, declarando gratuita a inserção de anúncios. Dizia: "Faz-se saber ao público que a Gazeta do Rio de Janeiro deve sair todos os sábados pela manhã. Que se vende nesta Corte, em casa de Paulo Martin, filho, mercador de livros no fim da Rua da Quitanda a preço de 80 réis. Que as pessoas que quiserem ser assinantes deverão dar os seus nomes e moradas na sobredita

casas, pagando logo os primeiros seis meses a 1.900 réis; e lhes serão remetidas as folhas a suas casas no sábado pela manhã. Que na mesma Gazeta se porão quaisquer anúncios que se queiram fazer, devendo estes estar na quarta-feira, no fim da tarde na Imprensa Régia".

Com a preocupação das boas normas, introduzia o produto da oficina oficial duas principais inovações, até hoje rigorosamente observadas na imprensa: o sistema de assinaturas pagas adiantadamente e a regularidade na entrega dos exemplares destinados aos assinantes e à venda avulsa. Ademais, entregava a um agente a responsabilidade da distribuição, descentralizando seus serviços e estabelecia prazo para as autorizações de propaganda, reservando tempo suficiente à composição, paginação e impressão; finalmente, estabelecia a distinção entre o jornal propriamente e a tipografia denominada Imprensa Régia.

Com efeito, a impressão não se ocupava somente da feitura do jornal. Atendia a irregueses, os mais numerosos dos quais agentes do jogo do baralho; fornecia às livrarias obras de literatura; preparava revistas de cultura. E para refrescar a memória dos incautos, imprimia avisos a fim de serem lançados nas ruas com esta transcrição do edital do Intendente-Geral da Polícia: "Aos que publicarem escritos sem exame e licença, serão presos na cadeia pública e pagarão de pena duzentos mil réis além das mais que se impõem aos que procuram quebrantar a segurança pública".

A intransigência do regime serviu para garantir à Gazeta do Rio de Janeiro (e à Idade d'Ouro do Brasil), situação singular. Foram os únicos jornais brasileiros, num período de seis anos, entre 1814 e 20. Até o ano de 1821, o Rio de Janeiro não contou com outra tipografia senão a da Imprensa Régia. Esta, mesmo depois do aparecimento de várias gráficas, aceitava encomendas de periódicos moderados, editando em 1813 uma das primeiras revistas nacionais, O Patriota, que viveu dois anos. Somente a revolução constitucionalista portuguesa viria tornar insustentável o privilégio permitindo o desafogo do pensamento e o desenvolvimento do jornalismo.

Em sua primeira fase a Gazeta publicava edições extras para cobrir acontecimentos do Paço. Não era um órgão de variedades, com seções atraentes e comentários doutrinários. Entretanto, podia refletir, de algum modo, a sociedade da época, através de comunicados oficiais, da propaganda de ofertas e procura, dos editais, das notícias breves sobre sucessos reais. Pioneira da publicidade, aos poucos os avisos comerciais e outros que eram lidos pelos padres, pendurados à porta das igrejas ou transmitidos oralmente pelos vendedores de folhinhas, tomavam as páginas graciosas da Gazeta. Do simples pregão de livros novos, suas colunas inserem adiante leilões de imóveis, paramentos e sumacas, animais e peças avariadas, artigos de comércio, extraviados, serviços profissionais, escravos e até padres que se oferecem para encomendar defuntos nos navios negreiros.



SETEMBRO, MÊS DA IMPRENSA

Alvarus de Oliveira

O mês de setembro é bem marcante para a imprensa brasileira.

O primeiro jornal brasileiro surgiu a 10 de setembro de 1808. Era ele a "Gazeta do Rio de Janeiro". De formato pequeno, menor ainda que o chamado tablóide, menor ainda do que, por exemplo, o "Globo" dobrado em quatro. No seu primeiro número dava noticiário da Europa. Falava-se em bloqueio devido à guerra de Napoleão. Em Constantinopla houvera uma revolta a favor da Inglaterra e contra a França. A Espanha se rebelava contra o domínio napoleônico.

"Gazeta do Rio" cujo nome passou a simplificar-se depois, era mais um jornal oficial divulgando atos do governo. Mesmo porque talvez não houvesse àquela tempo

noticiário digno de figurar nas suas pequenas páginas. Era semanal, após bi-mensal, e, no fim, já saía às terças, quintas e sábados. Circulou até 1822, quando se transformou em "Diário do Governo". Era impresso na Imprensa Régia, funcionando no porão de uma casa que existiu no terreno ao lado do cine Plaza, no Passeio Público, onde se instalou agora o Museu de Cera.

A 15 de setembro de 1821 saía o primeiro número do "Reverbero Constitucional Fluminense", de enorme repercussão popular e nele fulguraram Gonçalves Ledo e o conego Januário Cunha Barbosa. Suas campanhas eram violentas e foi considerado como um dos mais sérios fatores que deram a independência ao Brasil.

Se setembro tivesse dia 31, o "Jornal do Comércio" sairia também deste mês, mas foi por pouco, pois circulou a 10 de outubro de 1827 e val, até hoje circulando, para 130 anos.

Setembro é o mês que a imprensa brasileira deve lembrar com satisfação. E para culminar nosso pensamento a A. B. L. agora em setembro inicia as comemorações do seu cinquentenário neste mesmo "mês da imprensa", realizando o Congresso Brasileiro com Herbert Moses no comando, num conclave de suma importância para a nossa imprensa, uma das mais brilhantes do mundo, e que tanto serviço presta à nossa Pátria!

RUA DEZ DE SETEMBRO

Lei nº 1575 de 10-09-1956

Formada pela rua 1 do arruamento Antonio J.

Ribeiro Jr.

Início da rua do Sacramento

Término na rua Barata Ribeiro

Centro

Obs.: Lei promulgada pelo Prefeito Municipal de Campinas Ruy Hellmeister Novaes. Da lei consta: "10 de Setembro"(Dia da Imprensa)".

DEZ DE SETEMBRO

10 de Setembro assinala em todo o país o "Dia da Imprensa", em virtude de haver sido nessa data do ano de 1808, publicado o primeiro jornal brasileiro, a "Gazeta do Rio de Janeiro". Com a vinda de D. João VI ao Brasil, este revelara, logo ao primeiro contáto com terras brasileiras, profundo descortínio administrativo, abrindo os portos e, mais tarde, emancipando a colônia e declarando livres as indústrias. Trazia também em sua bagagem cultura, pois, concomitantemente com a instalação do Liceu de Artes, de escolas médico-cirúrgicas, da Academia de Marinha, da Biblioteca Real, inaugurou a imprensa, fazendo circular o primeiro jornal, a "Gazeta do Rio de Janeiro", precisamente a 10 de setembro de 1808. Circulando uma vez por semana, aos sábados, o semanário era administrado pelo Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e seu redator principal era o Frei Tibúrcio José da Rocha. Pouco tempo depois do número inicial, a "Gazeta" passou a sair duas e três vêzes na semana, ou mais, extraordinariamente. Por volta dos catorze anos de circulação, a "Gazeta" passou com seu acêrvo a constituir a Imprensa Nacional.